



Terça-feira, 22 de Abril de 2025

I Série – N.º 73

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 2.125,00

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 87/25 12614

Aprova a alteração aos artigos 13.º e 15.º do Regime Jurídico do Número de Identificação Fiscal, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 245/21, de 4 de Outubro. — Revoga as alíneas i), j), k) e l) do n.º 1 do artigo 15.º do referido Diploma.

Decreto Presidencial n.º 88/25 12616

Aprova o Plano Urbanístico da Cidade Aeroportuária do Icolo e Bengo, abreviadamente designada por «ICB — Aerotrópolis». — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Despacho Presidencial n.º 120/25 12658

Cria a Comissão Multisectorial encarregue de preparar, coordenar e organizar as tarefas inerentes às responsabilidades da República de Angola na realização da III Cimeira sobre Infra-Estruturas em África, coordenada pelo Ministro de Estado para a Coordenação Económica.

Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás

Decreto Executivo n.º 394/25 12661

Prorroga a Fase Inicial de Pesquisa da Área de Concessão do Bloco Norte da Zona Terreste de Cabinda, por um período de 3 anos, com efeitos retroativos, a contar de 1 de Outubro de 2024.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 88/25 de 22 de Abril

A política de ordenamento do território e do urbanismo tem por objecto o espaço biofísico, constituído pelo conjunto dos solos urbanos e rurais, com vista a acautelar as acções que se traduzem na ocupação, uso e na utilização dos espaços através da implementação dos instrumentos do ordenamento do território e do urbanismo.

Por meio do Despacho Presidencial n.º 202/23, de 25 de Agosto, foi criada a Comissão Multisectorial para o Desenvolvimento da Cidade Aeroportuária do Icolo e Bengo.

Tendo em conta que o Executivo Angolano lançou mão ao objectivo estratégico de elaboração do Plano Urbanístico da Cidade Aeroportuária do Icolo e Bengo (ICB — Aerotrópolis), para a área envolvente ao Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto, como um catalisador económico e de desenvolvimento sustentável a longo prazo, com vista a garantir a continuidade e concretização do programa de desenvolvimento e melhoria das infra-estruturas e serviços de transportes;

Atendendo ao disposto no Decreto Presidencial n.º 157/21, de 16 de Junho, que aprova o Plano Director Nacional do Sector dos Transportes e Infra-Estruturas Rodoviárias, o Decreto n.º 2/06, de 23 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral dos Planos Territoriais, Urbanísticos e Rurais;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea b) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

1. É aprovado o Plano Urbanístico da Cidade Aeroportuária do Icolo e Bengo, abreviadamente designado por «ICB — Aerotrópolis», anexo ao presente Decreto Presidencial, de que é parte integrante.

2. São autorizados os Ministros dos Transportes, das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, e do Turismo a desencadearem todas as acções necessárias para o desenvolvimento dos Planos de Pormenor da Cidade Aeroportuária (Fases 1 e 2), conforme estabelecido na Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, Lei n.º 3/04, de 25 de Junho, em colaboração com as entidades públicas relacionadas com a matéria.

ARTIGO 2.º (Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 27 de Fevereiro de 2025.

Publique-se

Luanda, aos 15 de Abril de 2025.

O Presidente da República, João MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

**PLANO URBANÍSTICO DA CIDADE AEROPORTUÁRIA DO ICOLO E BENGO
(ICB — AEROTRÓPOLIS)**

O presente documento apresenta a visão estratégica de desenvolvimento urbano e da implementação da Cidade Aeroportuária, elemento base para o desenvolvimento dos instrumentos de gestão territorial e urbanísticos, em conformidade com a legislação angolana, permitindo a materialização da Cidade Aeroportuária associada ao Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto (AIAAN), garantindo a sua implementação de forma eficaz e sustentável.

1. Visão e Ambição

A Aerotrópolis do Icolo e Bengo (ICB) é um projecto de grande envergadura, que visa a criação de um novo centro urbano sustentável e resiliente em Angola, complementando Luanda, a Província do Icolo e Bengo e o AIAAN, impulsionando o desenvolvimento económico e social da região. O Plano Urbanístico, de carácter integrado, abrange áreas residenciais, comerciais, industriais, de pesquisa, culturais e de lazer, interligadas por um extenso «Circuito Verde» que promove a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida. O projecto visa também aumentar o alcance internacional de Angola, atraindo viajantes e novos negócios, mantendo-se fiel à hospitalidade, herança e identidade do País.

O Plano Urbanístico para a Aerotrópolis do Icolo e Bengo apresenta um projecto ambicioso para criar uma centralidade urbana em Angola, com foco na sustentabilidade, inovação e qualidade de vida, respeitando a cultura e o meio ambiente local. O objectivo é criar um ambiente urbano que celebre a identidade angolana, atraia investimentos e promova um futuro próspero para a região.

Pretende-se desta forma criar um centro urbano, oferecendo alternativas de habitação, emprego, lazer e serviços, reduzindo a pressão sobre Luanda e descongestionando as infra-estruturas existentes. O projecto contribuirá para o desenvolvimento económico regional, a valorização imobiliária, a melhoria da infra-estrutura e a criação de emprego. A nível nacional, fortalecerá as futuras gerações, proporcionando acesso ao ensino qualificado e diversificadas oportunidades de emprego.

O Plano Urbanístico oferece uma oportunidade para Angola definir a sua trajectória evolutiva, atraindo investimento estrangeiro e promovendo novas iniciativas no campo da investigação e educação. A ICB almeja ser um portal global, impulsionado pela resiliência climática, *design* em harmonia com a natureza e oportunidades económicas locais.

2. Desafios, Contexto e Localização

A ICB situa-se a cerca de 44 km do Centro de Luanda, na Província do Icolo e Bengo, numa área de 13.472 hectares, dos quais 11.474 hectares se encontram num planalto com vista para o Parque Nacional da Quiçama. Esta localização estratégica coloca a ICB numa zona de interface entre o ambiente urbano de Luanda e a natureza do Parque Nacional da Quiçama. O Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto é a principal característica do local, com capacidade inicial para 15 milhões de passageiros por ano e potencial para expansão até três pistas e capacidade de 66 milhões de passageiros ano. A proximidade do aeroporto apresenta desafios acústicos, que o Plano visa mitigar através de medidas de controlo de ruído e planeamento urbano sustentável. O Plano Director visa também absorver uma parte significativa do crescimento económico esperado em Luanda e para a província até 2050, contribuindo para o desenvolvimento ordenado da região.

3. Compatibilização do Aeroporto com a Cidade Aeroportuária

O Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto é um catalisador para redefinir o futuro da Província do Icolo e Bengo, sendo a principal porta de entrada para Angola e um importante centro aéreo para África. A ICB será concebida de modo a reforçar a conectividade nacional e internacional, facilitando o comércio, o turismo e as trocas culturais, integrando o AIAAN e a Cidade Aeroportuária em conformidade com a Lei de Bases da Aviação Civil.

4. Polos Temáticos, «Círculo Verde» e Malha Urbana

O Plano Urbanístico visa controlar o crescimento de Luanda de forma estruturada e sustentável, respondendo à disparidade social e melhorar os padrões de vida. A estratégia foca-se no desenvolvimento dos três polos temáticos, complementando-se e respondendo às necessidades da região.

Os 3 (três) polos temáticos principais são:

Empresarial, Cívico e Cultural (a Norte) — concentra empresas, serviços e instituições públicas, impulsionando o desenvolvimento económico e a criação de emprego;

Investigação e Inovação (a Noroeste) — promove a inovação e o desenvolvimento tecnológico, potencializando a exportação de produtos angolanos por via aérea, atraindo investimento estrangeiro e qualificando a força de trabalho;

Turismo (ao longo do limite Sul) — explora as vistas do Parque Nacional da Quiçama, fomentando o turismo e a geração de receitas.

O «Círculo Verde» é um circuito paisagístico que conecta os polos, oferecendo opções de lazer, mobilidade e bem-estar, integrando o ambiente urbano com o natural. A malha urbana é alinhada com as pistas do aeroporto para aproveitar os ventos predominantes e moderar a temperatura. O Plano também considera o impacto da Cidade de Luanda, os empreendimentos de menor escala a Oeste e as vistas do Parque Nacional da Quiçama.

5. Cidade dos 15 Minutos, Sustentabilidade e Design Ambiental

O Plano Urbanístico constituído por bairros onde os moradores estão a 15 minutos a pé das suas comodidades diárias, promovendo um estilo de vida equilibrado e reduzindo a necessidade de deslocações, promovendo a mobilidade urbana.

O projecto busca minimizar o consumo de energia, incorporar *design* passivo e promover o uso de energia renovável. Aborda aspectos como *design* urbano, paisagismo, infra-estrutura técnica e energética, incluindo geração de energia renovável e gestão de água. O Plano Director visa gerar a maior parte da energia no local através de fontes renováveis, reduzir a dependência da rede eléctrica e implementar estratégias de gestão de água e resíduos.

6. Cultura Angolana, Implementação e Faseamento

O Plano Urbanístico reconhece a rica história e cultura angolanas, integrando a cor, a vida e a diversidade do seu povo na criação de um ambiente urbano único. O projecto propõe uma abordagem faseada de implementação, visando um desenvolvimento sustentável, equilibrado e adaptável às necessidades da crescente população.

7. Estrutura do Plano Urbanístico e Mobilidade

O Plano Urbanístico reconhece a necessidade de um anel viário que sirva o novo aeroporto, seguindo o modelo adoptado pelos principais aeroportos mundiais. A malha urbana, alinhada com as pistas do aeroporto, aproveita os ventos predominantes e modera a temperatura. A estratégia de transportes públicos baseia-se na linha ferroviária existente, no metro de superfície, na EN 230 e a A3, integrando-os no Plano Director e promovendo transportes públicos eficientes e soluções integradas.

8. Visão de um Plano Urbanístico Sustentável

O Plano Urbanístico considera a mudança climática, demográfica, económica, social, tecnológica, legislativa e ambiental, com vista a garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. Os principais objectivos incluem sustentabilidade financeira, resiliência, eficiência de recursos, priorização das pessoas e neutralidade de carbono.

9. Design Ambiental e Áreas de Foco

O projecto visa servir como ponte entre a área rica em elementos naturais e o centro da cidade, preservando a paisagem e mostrando modernidade. As estratégias de *design* ambiental incluem a maximização de espaços verdes, gestão de materiais e resíduos, e resposta aos desafios do aeroporto. O projecto integra a cultura vibrante de Angola, as condições climáticas de Luanda e o contexto da região na sua concepção. As tipologias urbanas são definidas pelos edifícios e os espaços de transição entre eles, criando um ambiente urbano único e funcional. O projecto foca-se em três aglomerados, oferecendo soluções para a implantação de infra-estruturas relacionadas com a indústria ligeira e logística, residencial, e investigação e inovação.

10. Estratégia de Desenvolvimento e Modelo de Negócio

A estratégia de desenvolvimento baseia-se na análise do contexto estratégico e político, e na apresentação do contexto socioeconómico de Luanda à Província do Icolo e Bengo e Angola. O modelo de negócio da ICB visa atrair investimento privado através de projectos catalisadores, que impulsionem o desenvolvimento e diminuam a necessidade de financiamento estatal.

11. Informação Quantitativa

Áreas de Construção:

Total: 16 236 000 m²;

Residencial: 8 009 600 m² (49,3%);

Indústria: 2 569 600 m² (15,8%);

Logística: 1 458 400 m² (9,0%);

Cultura e Lazer: 1 257 300 m² (7,7%);

Comércio: 874.300 m² (5,4%);

Hotelaria: 721.200 m² (4,4%);

Ensino: 433.900 m² (2,7%);

Institucional/Formação: 377.200 m² (2,3%);

Escritórios: 362.100 m² (2,2%);

Hospitais: 143.000 m² (0,9%);

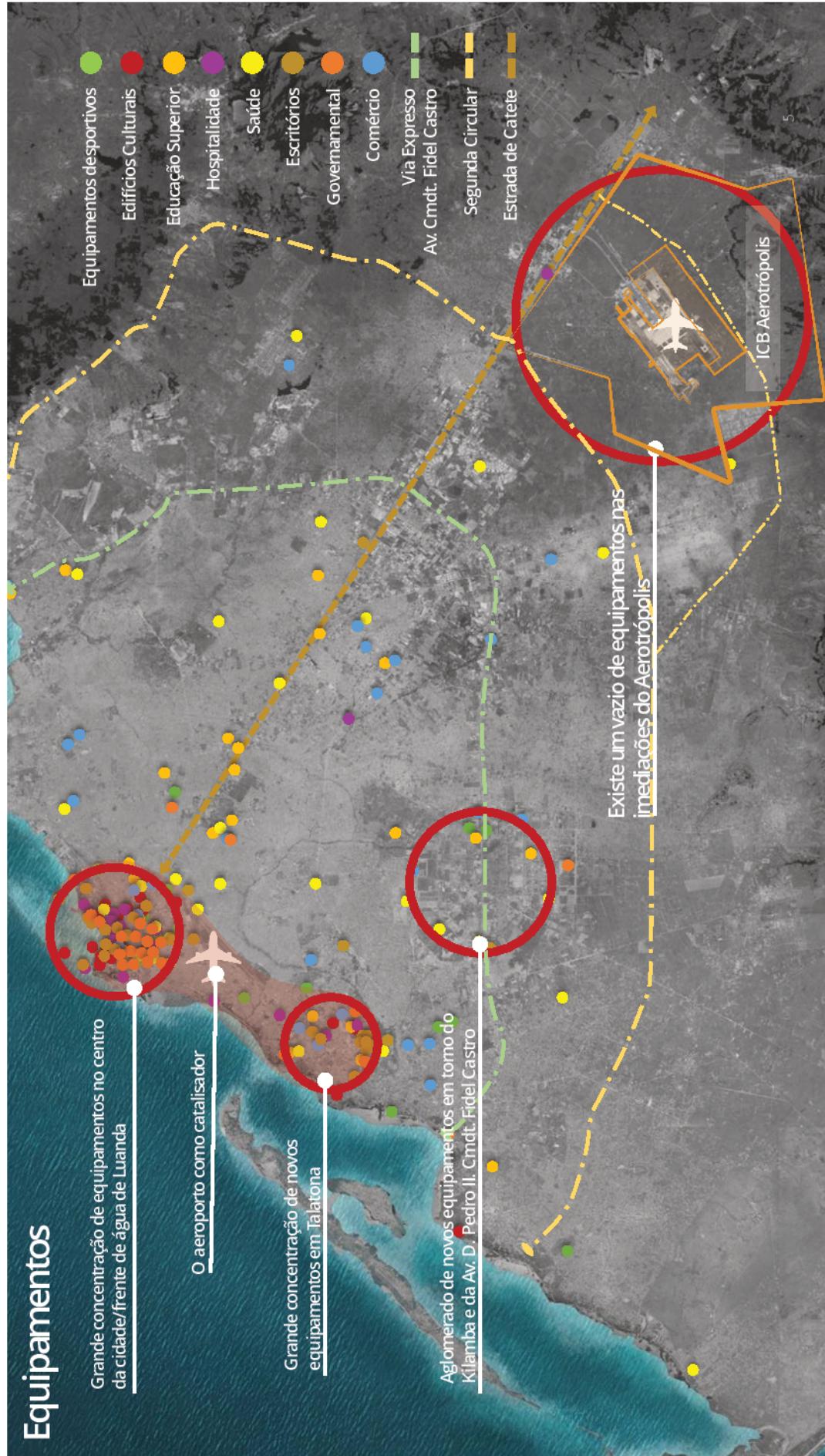
Clínicas: 29.400 m² (0,2%).

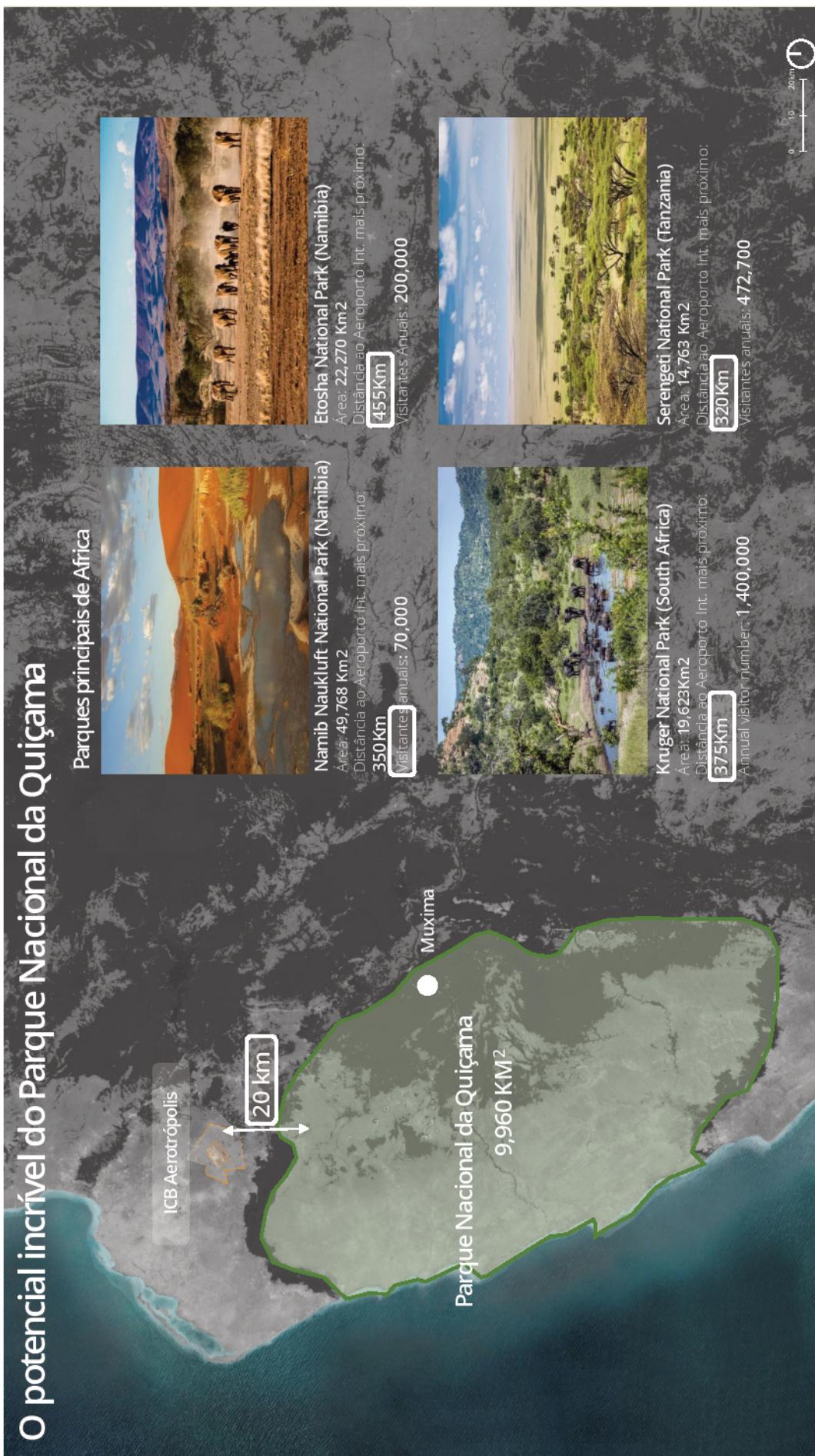
Visão do Projecto



Equipamentos

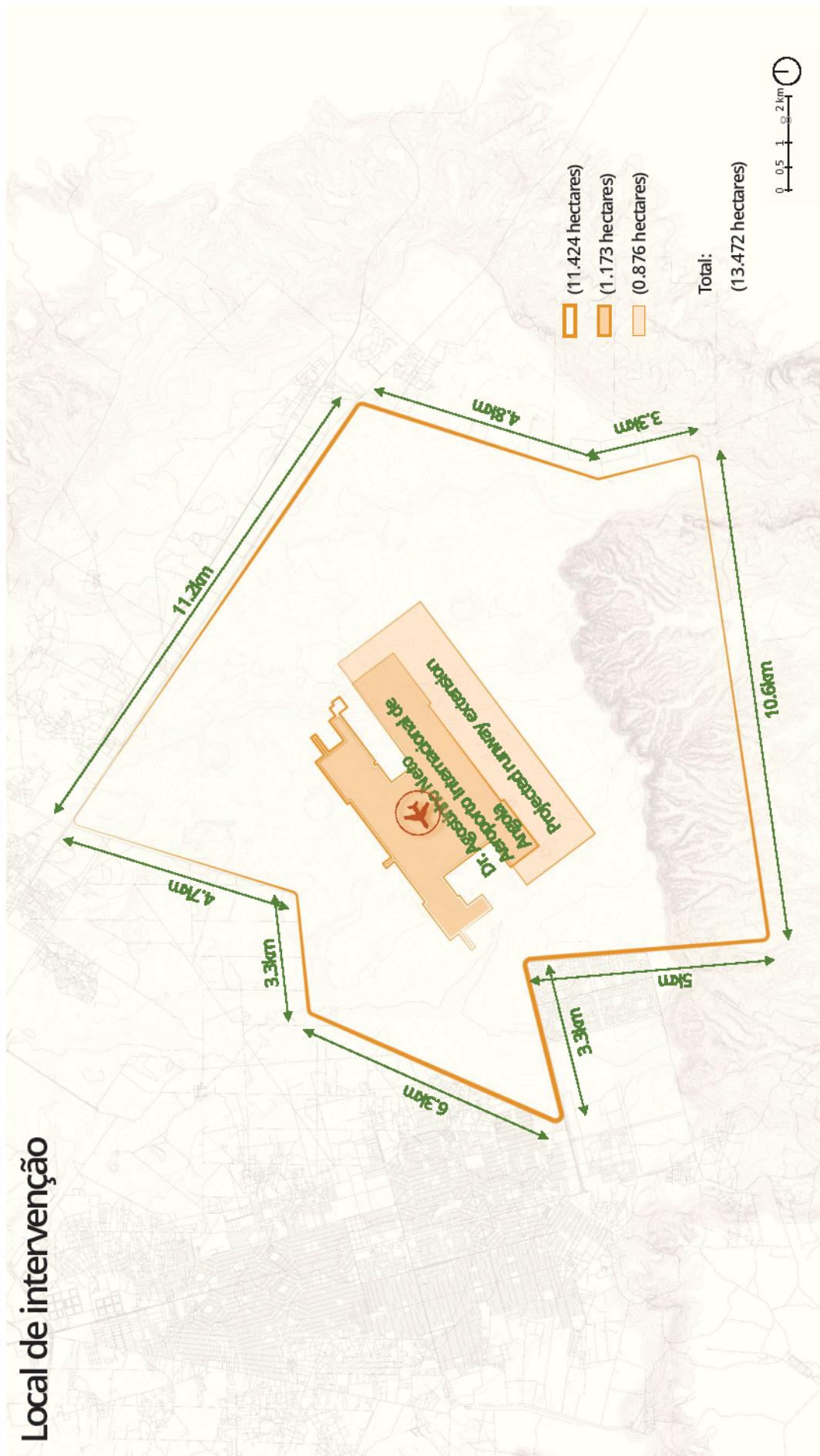
Contextualização

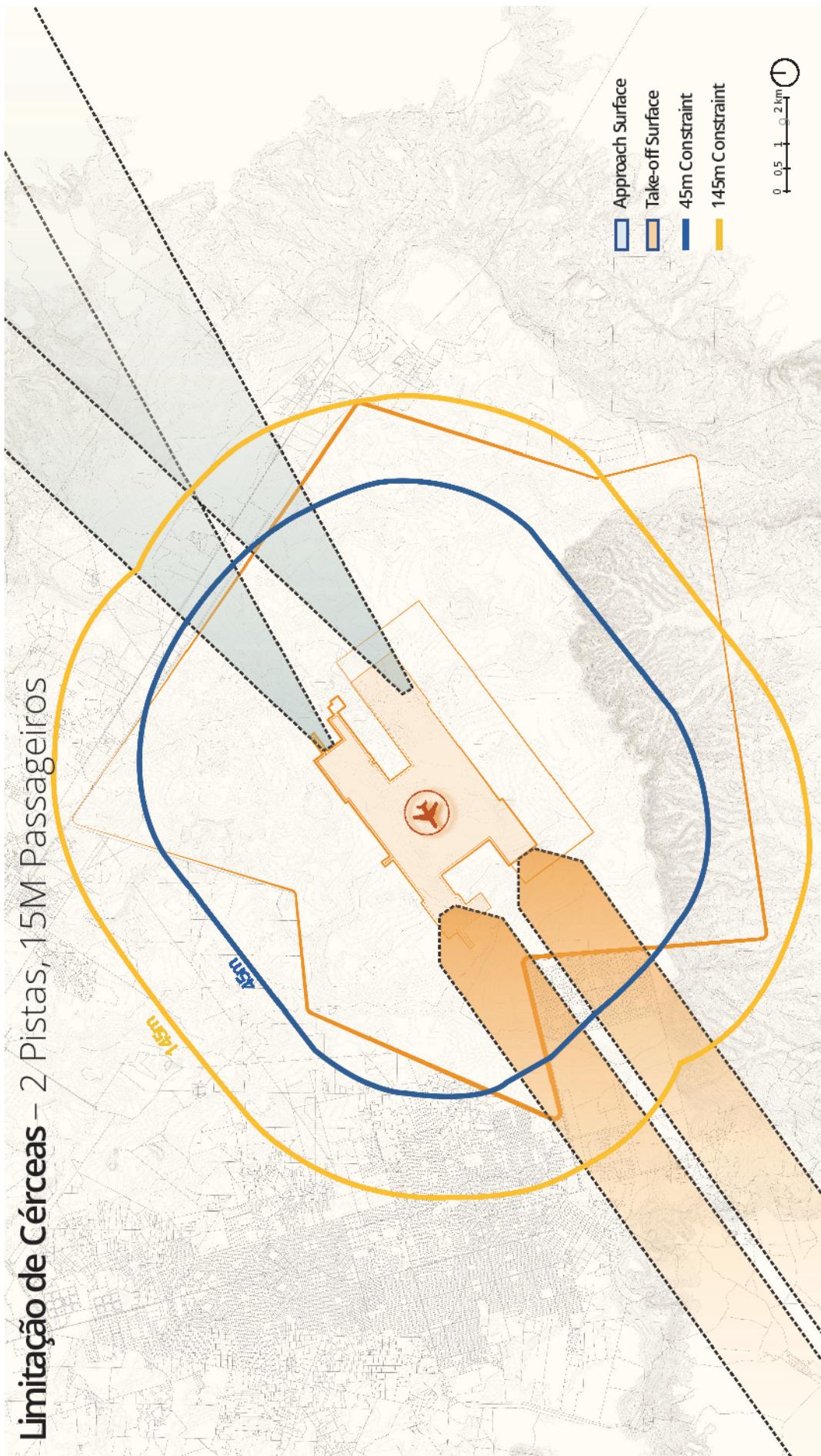


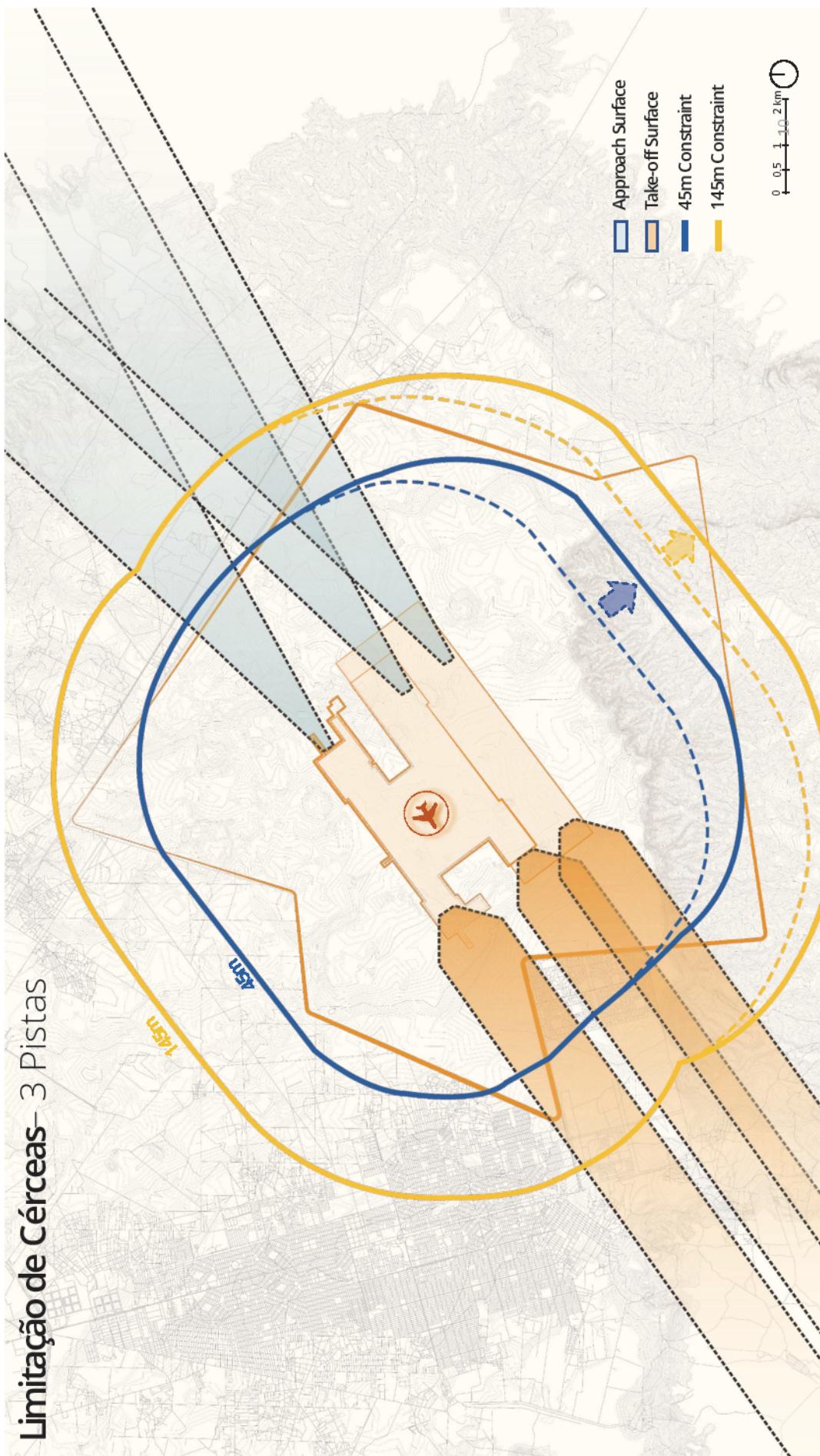


Princípios de Design

Local de intervenção

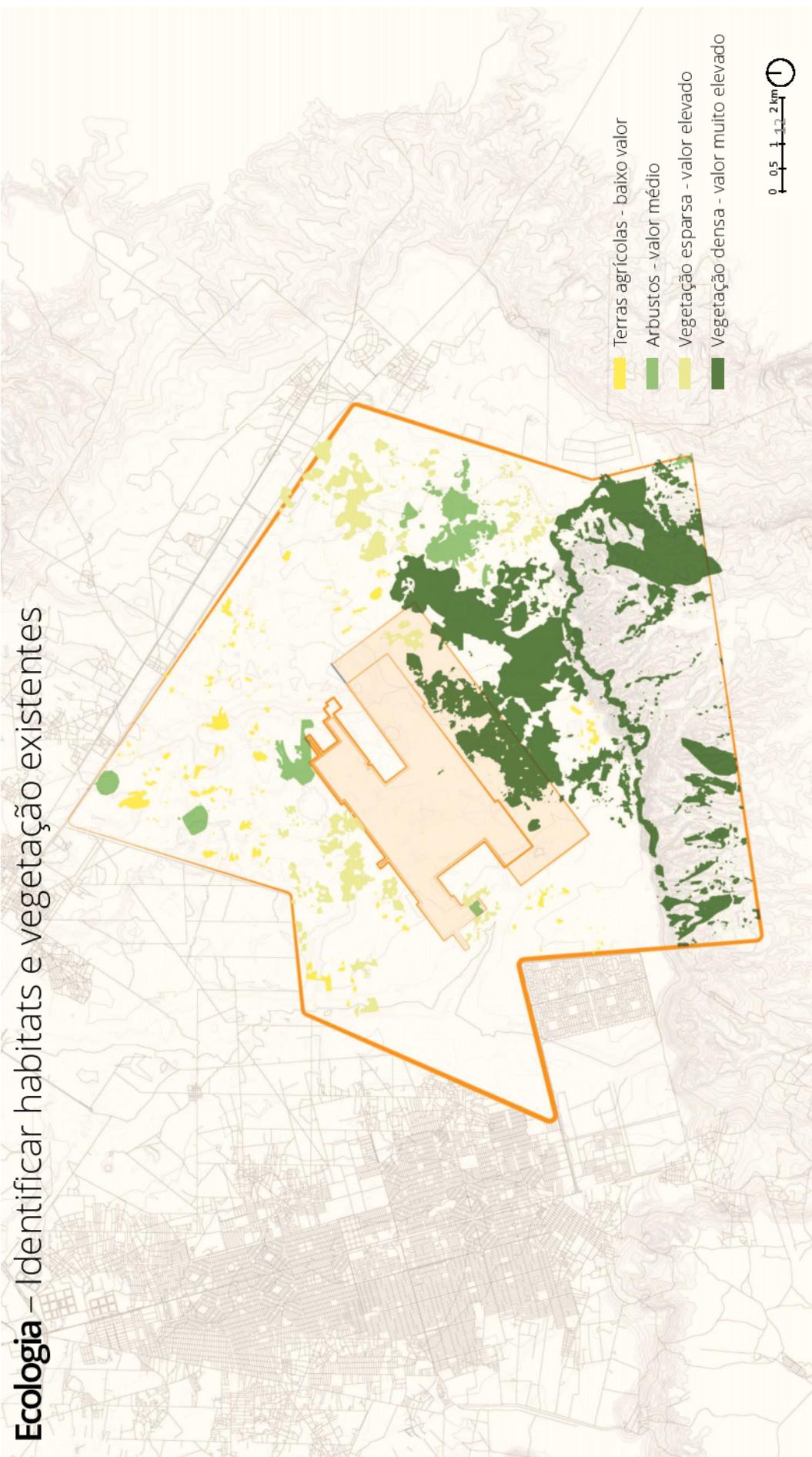


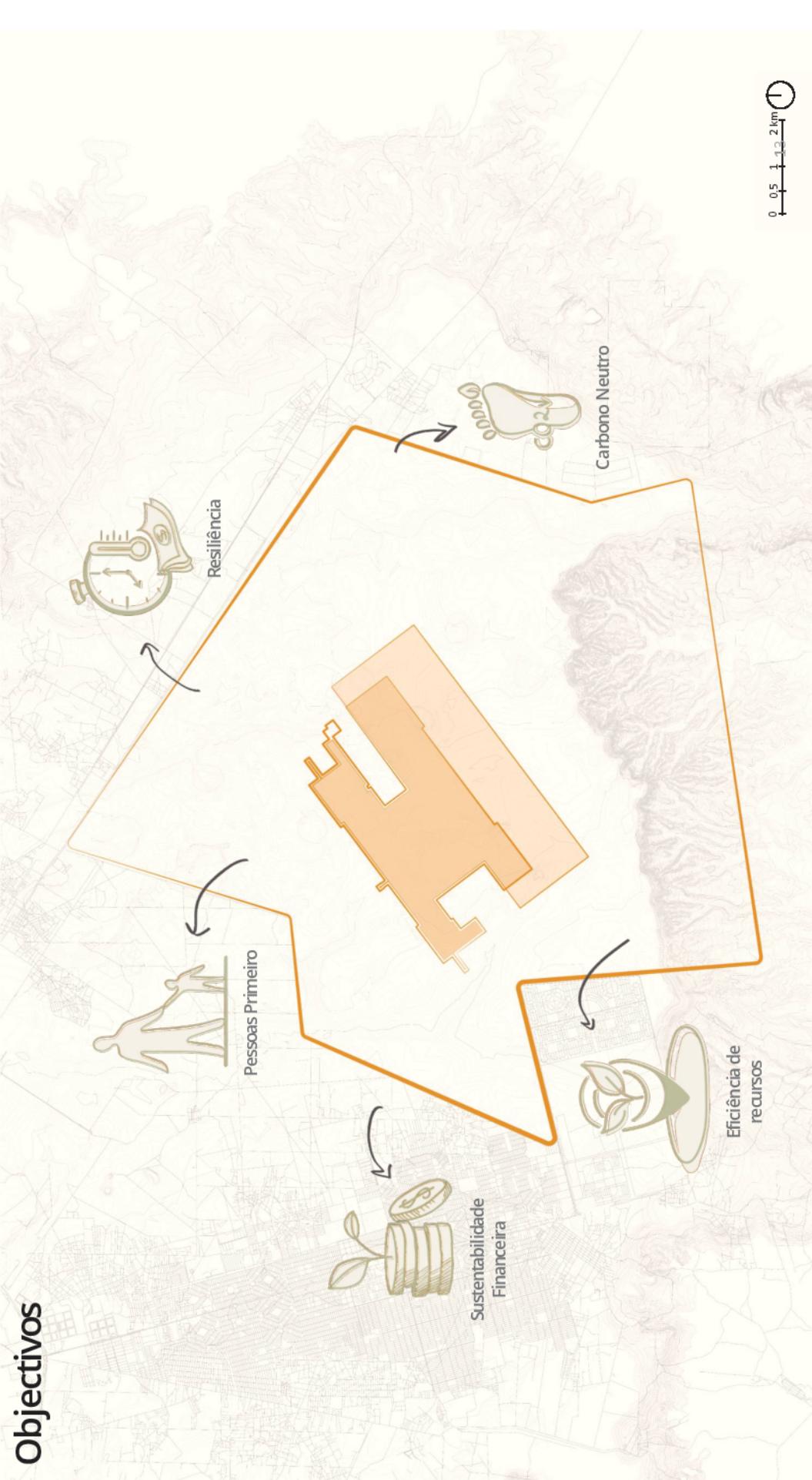


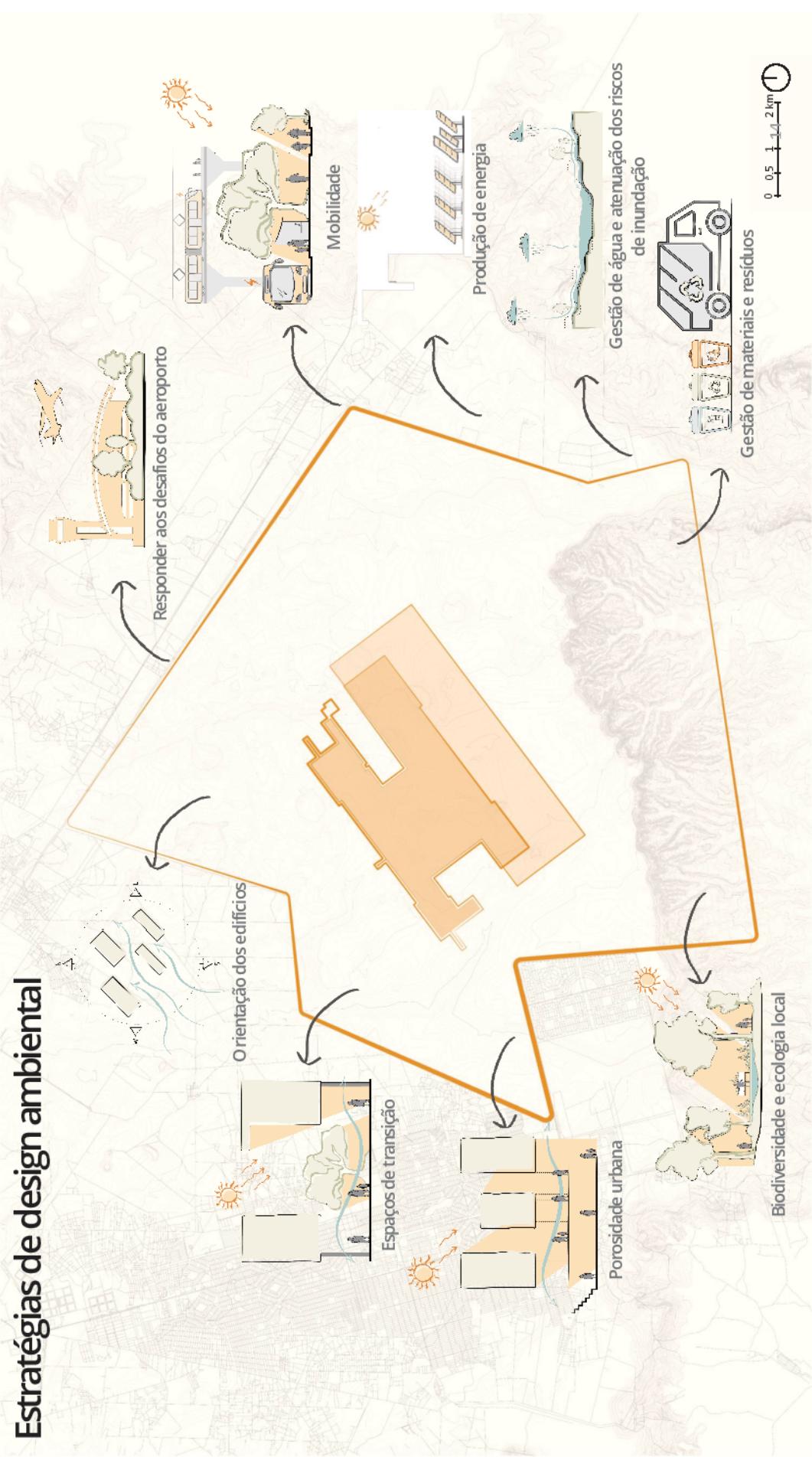


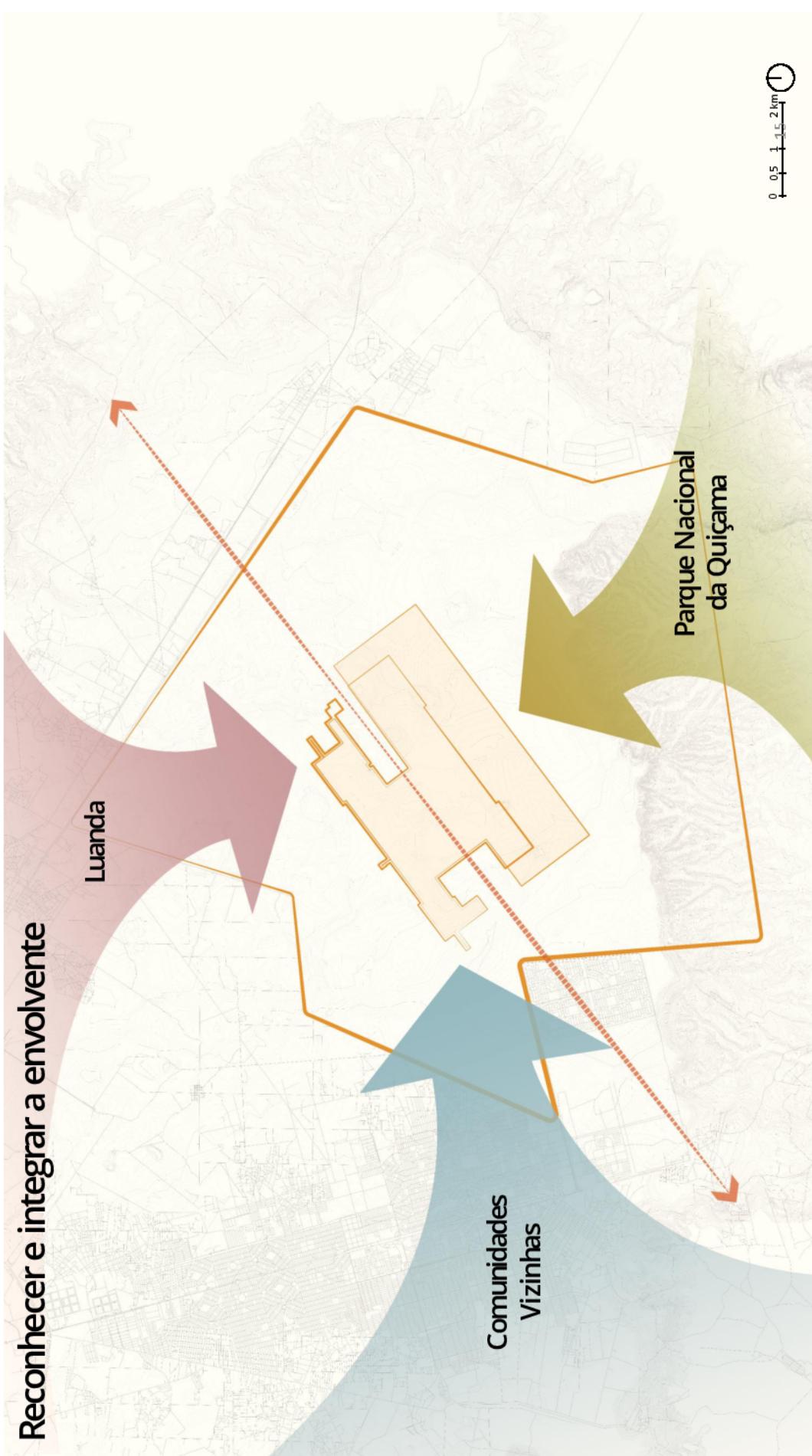


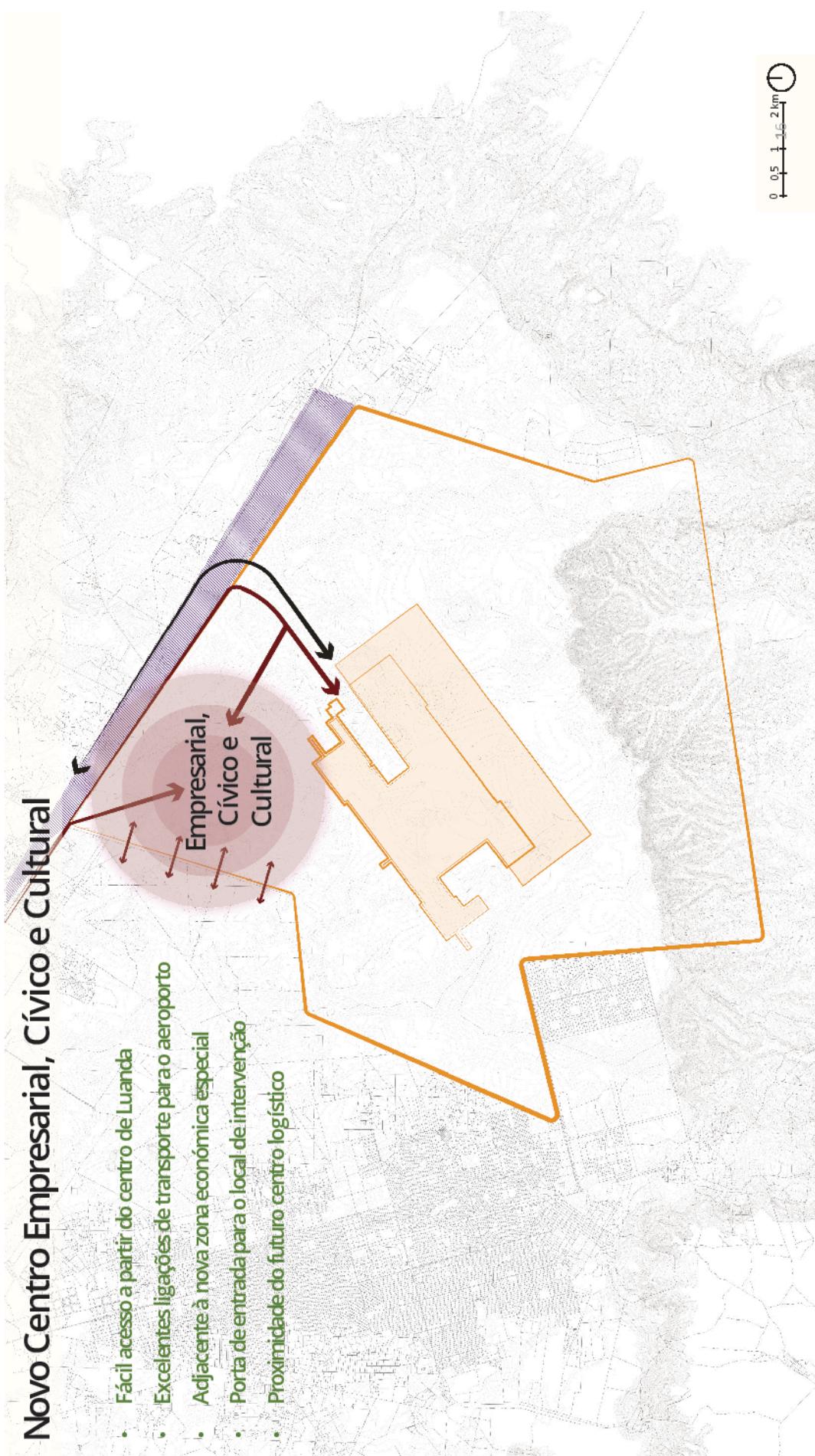
* Os níveis de ruído fornecidos são indicativos e recomendam-se a realização de um estudo específico do local para obter medições exatas.



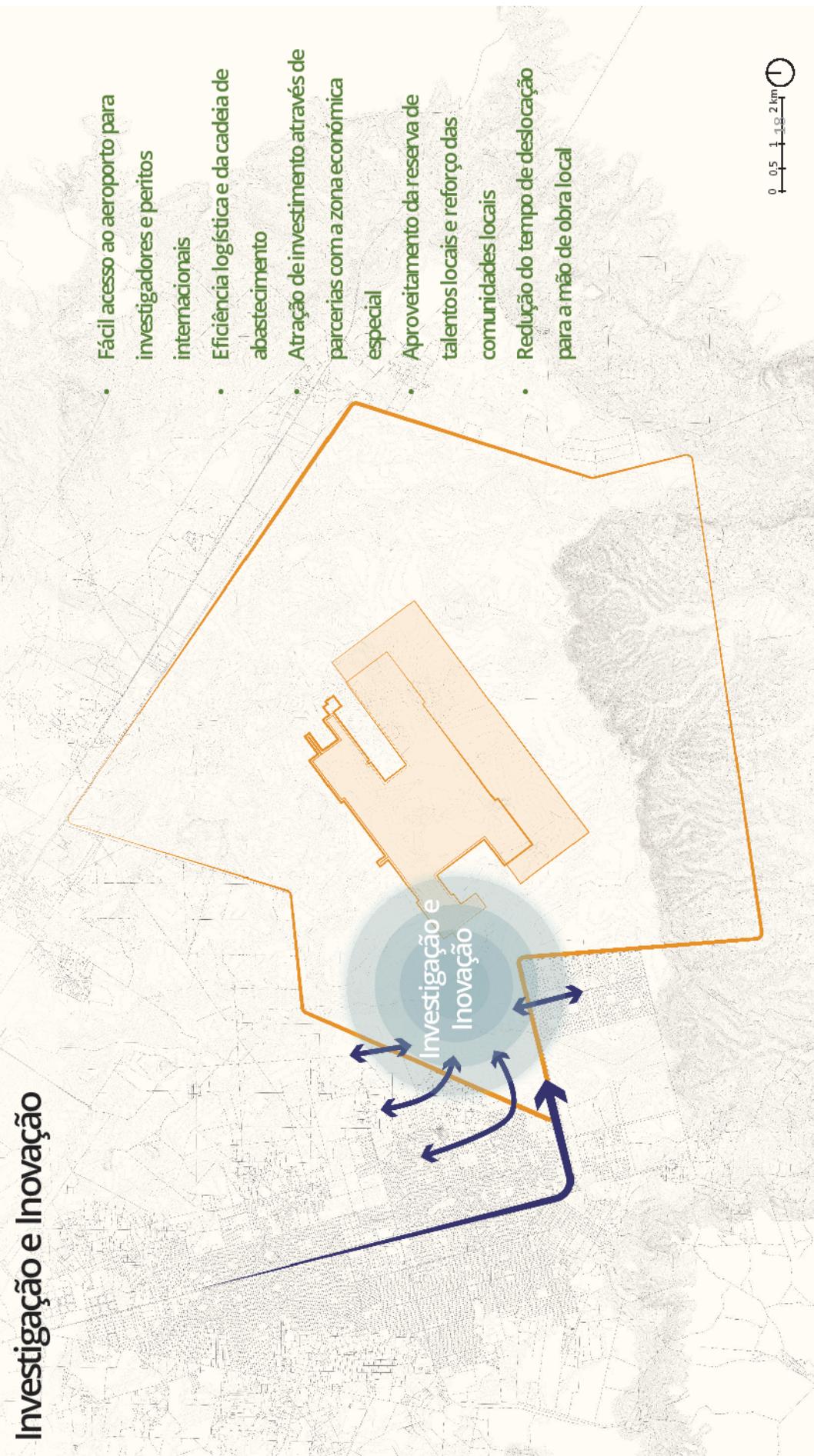








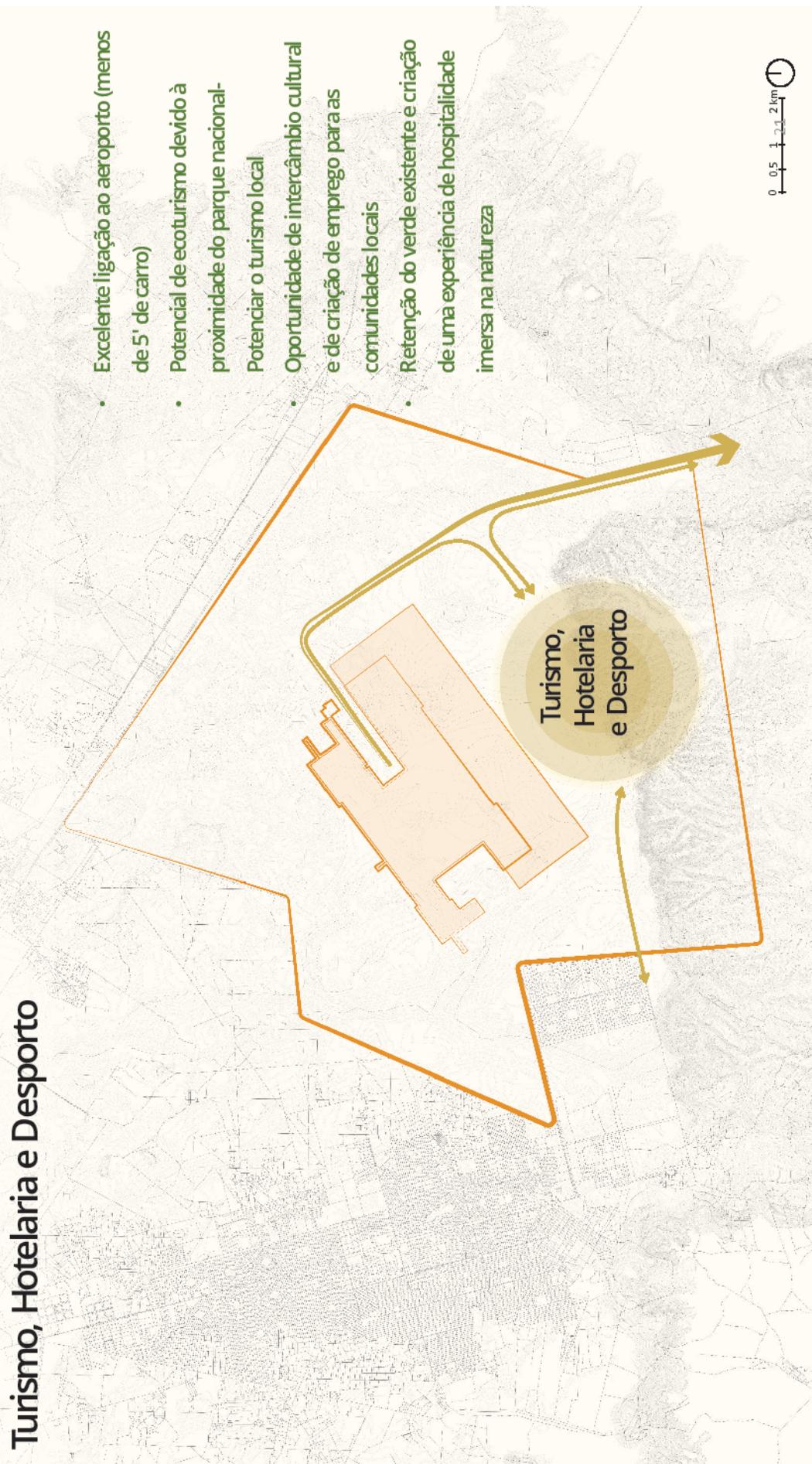


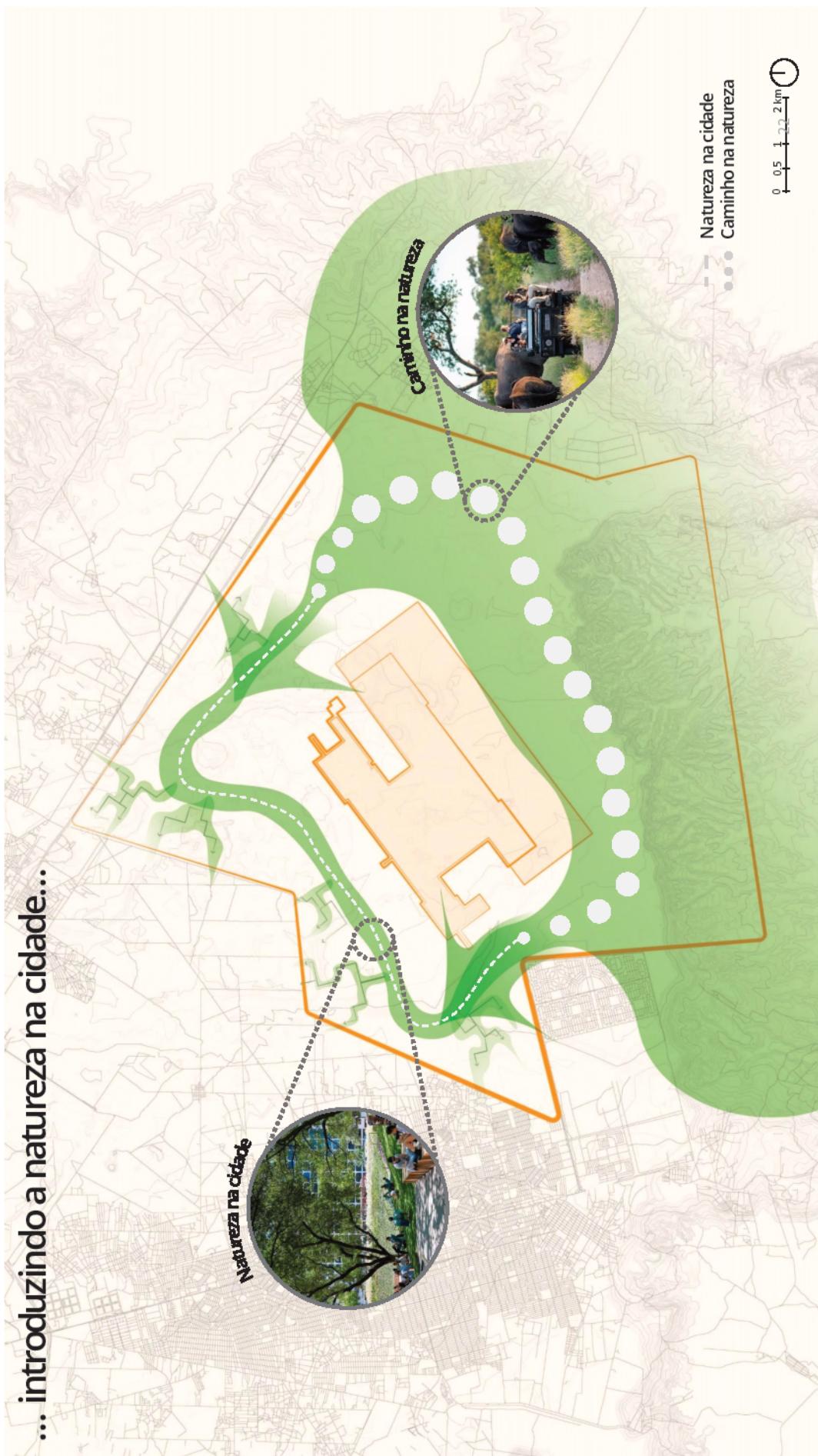






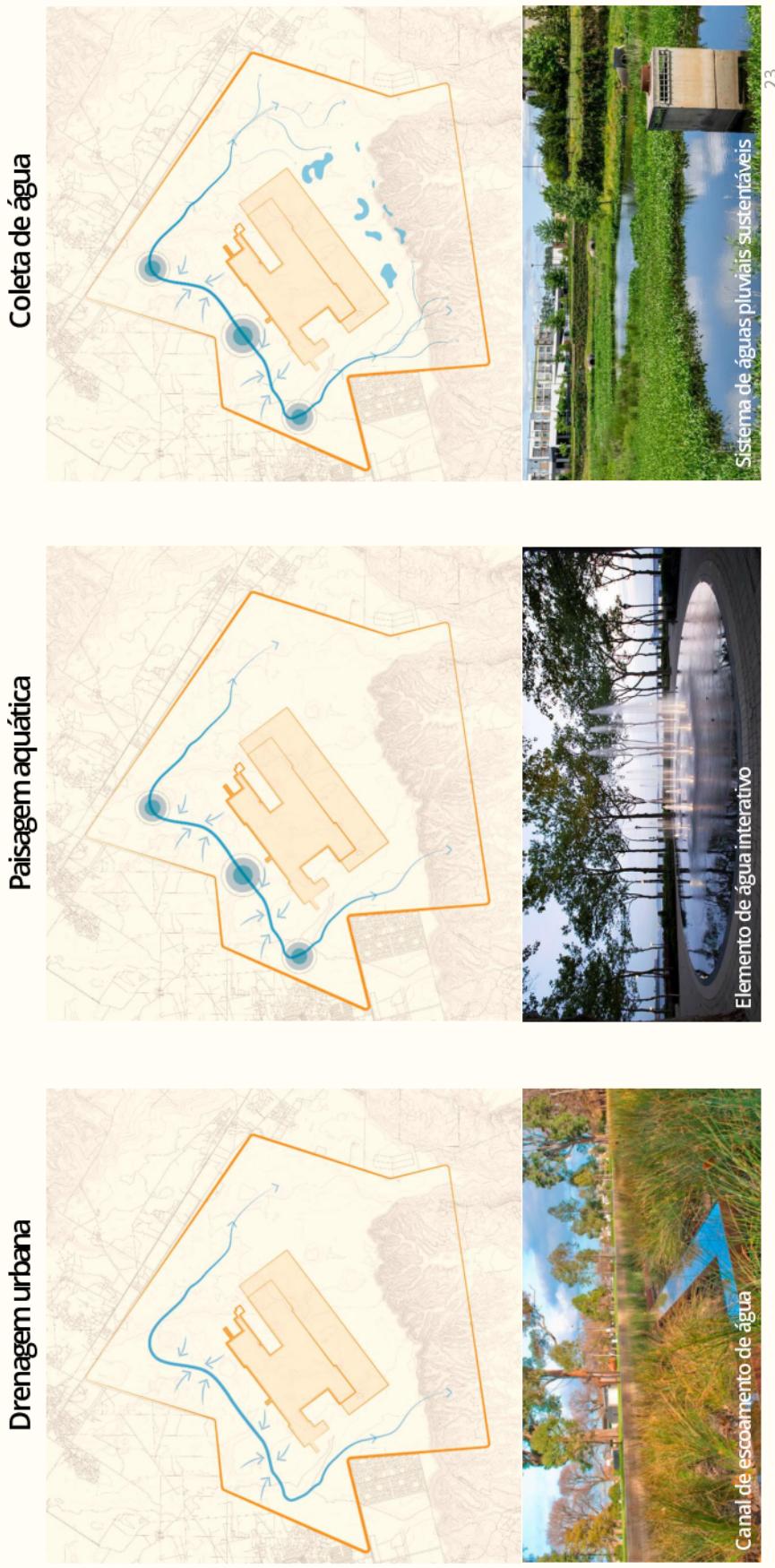
Novo Centro Cultural

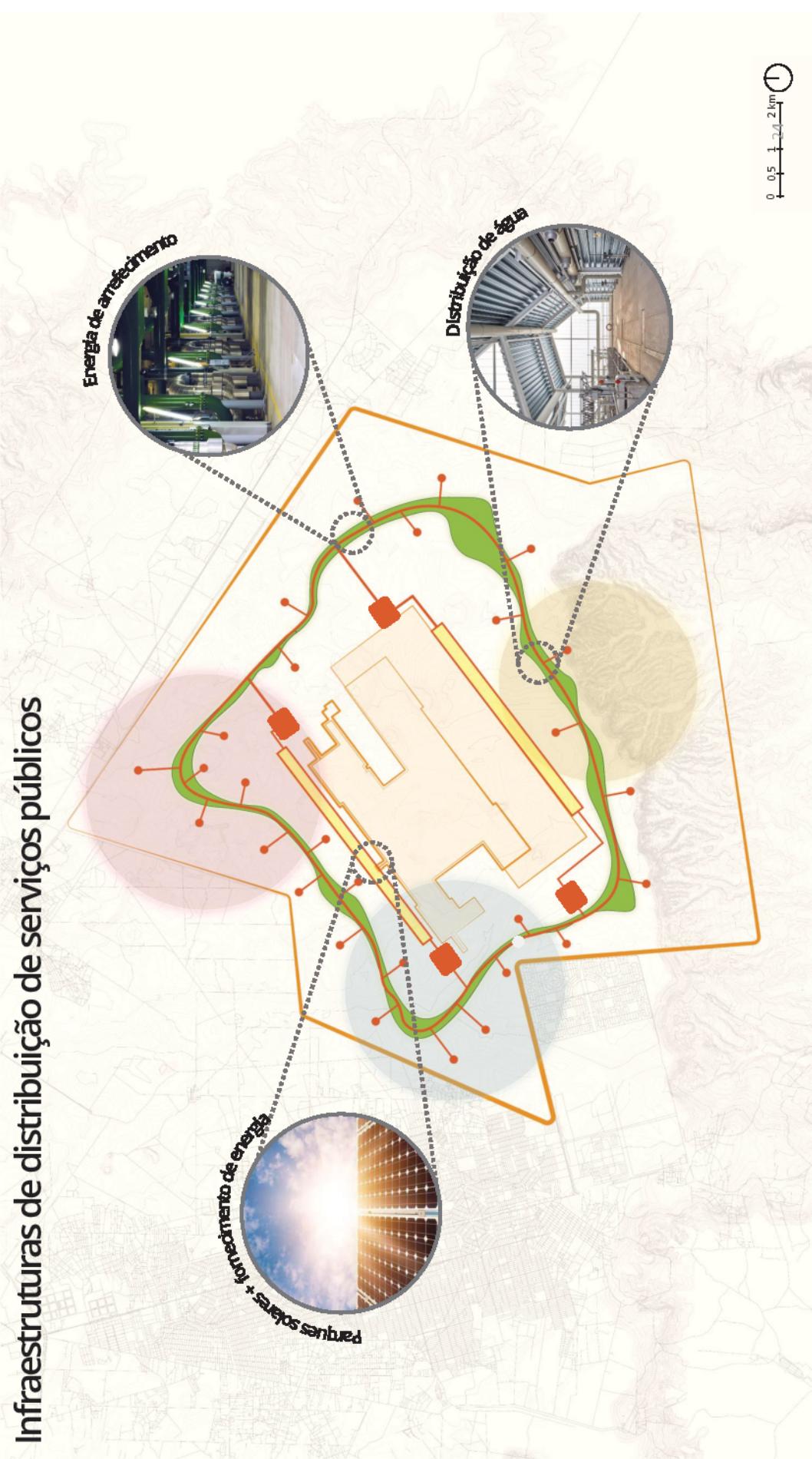




... introduzindo a natureza na cidade...

Conceito paisagístico– Estratégia de amortecimento de catástrofes naturais





Infraestruturas de distribuição de serviços públicos

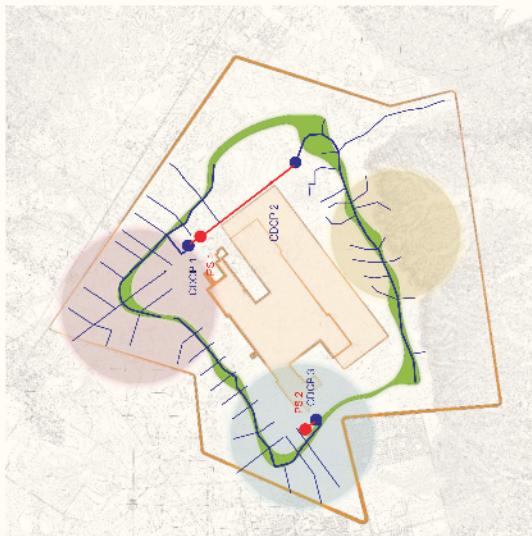
Fornecimento de energia



- PS Centrais eléctricas
- Ligação a sistemas fotovoltaicos
- Ligação à rede eléctrica externa

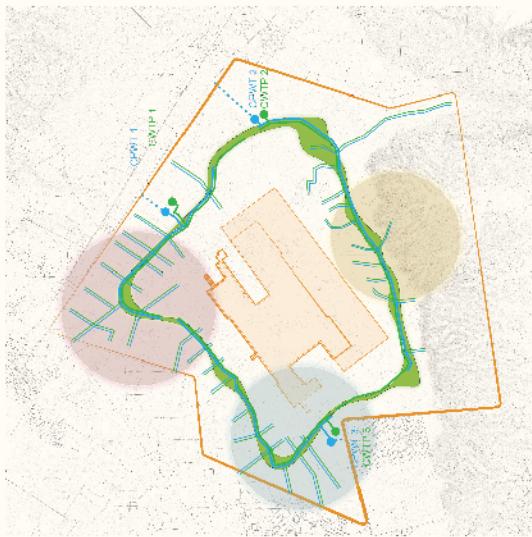
A procura total preliminar da área fotovoltaica pode ser coberta com cerca de 3km^2
($1,167\text{GWh} - 1,776\text{GWh}$)

Energia de arrefecimento



- CDCP Centrais de arrefecimento urbano
- PS Estações de energia
- Alimentação eléctrica CDCPTubagem de distribuição de arrefecimento

Distribuição de água

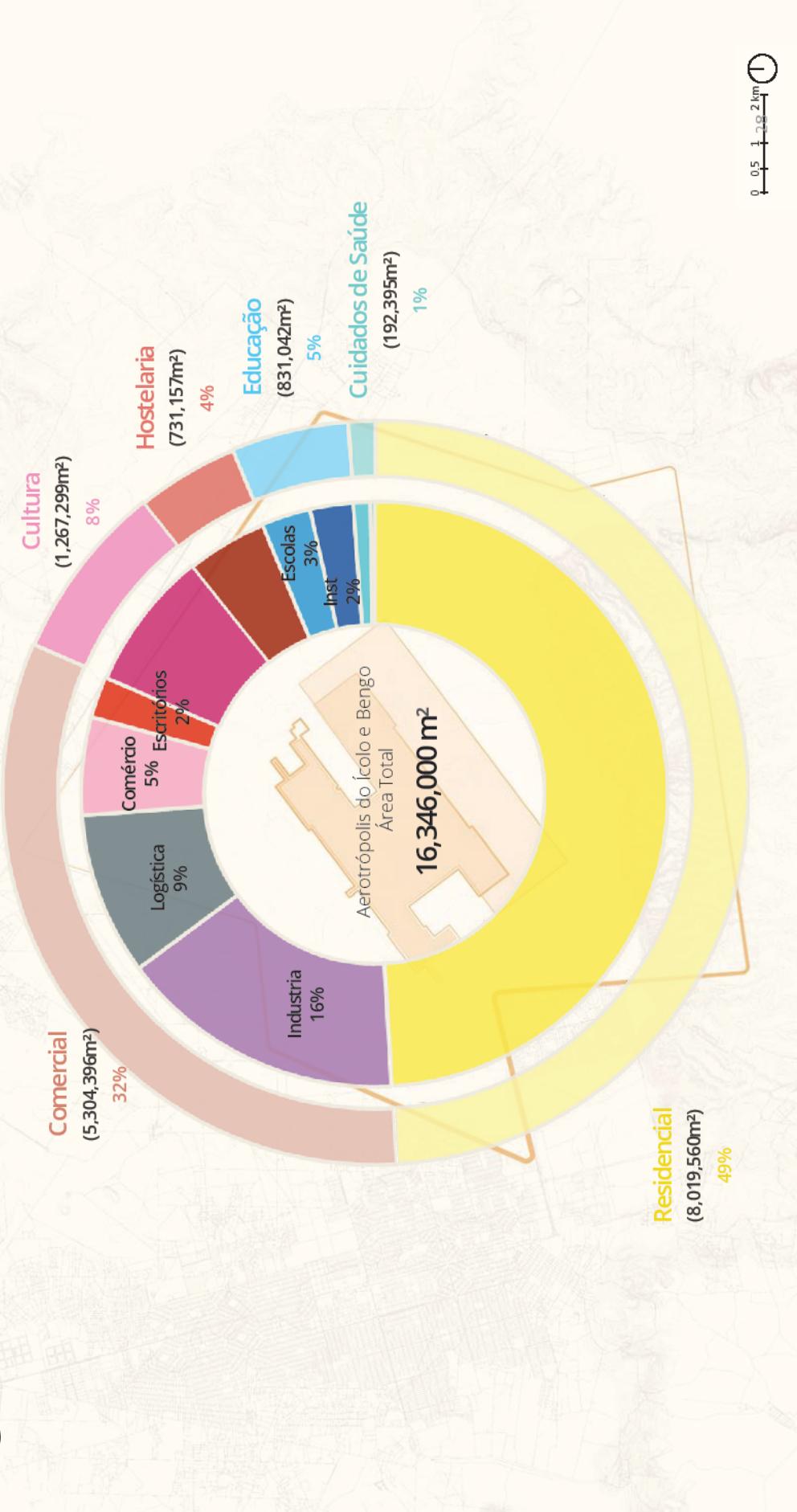


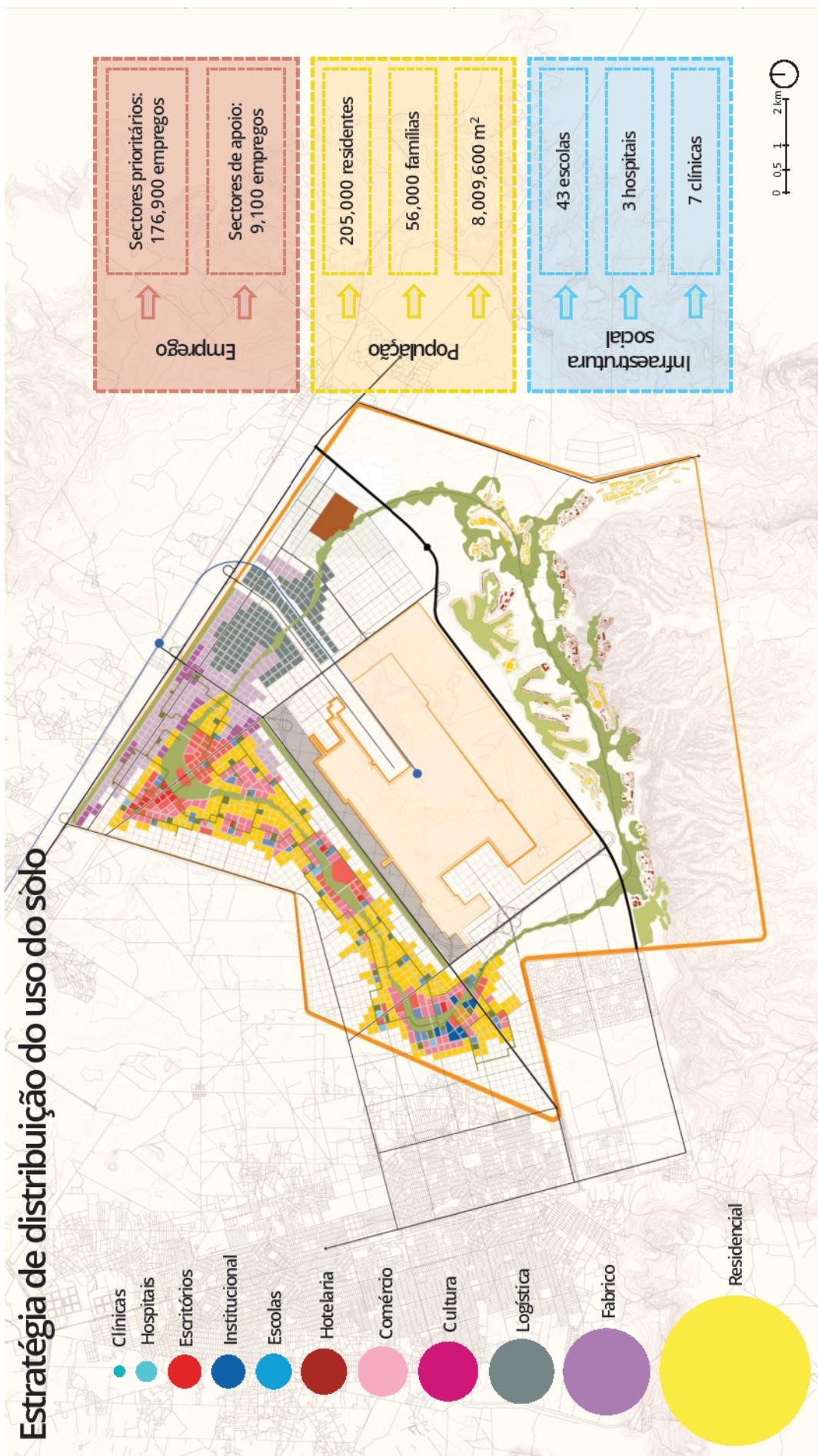
- CPWTP Reservatórios centrais de água potável e estações de bombagem
- CWTTP Estações centrais de tratamento de água
- Tubagem de abastecimento de água potável
- Tubagem de abastecimento de água não potável

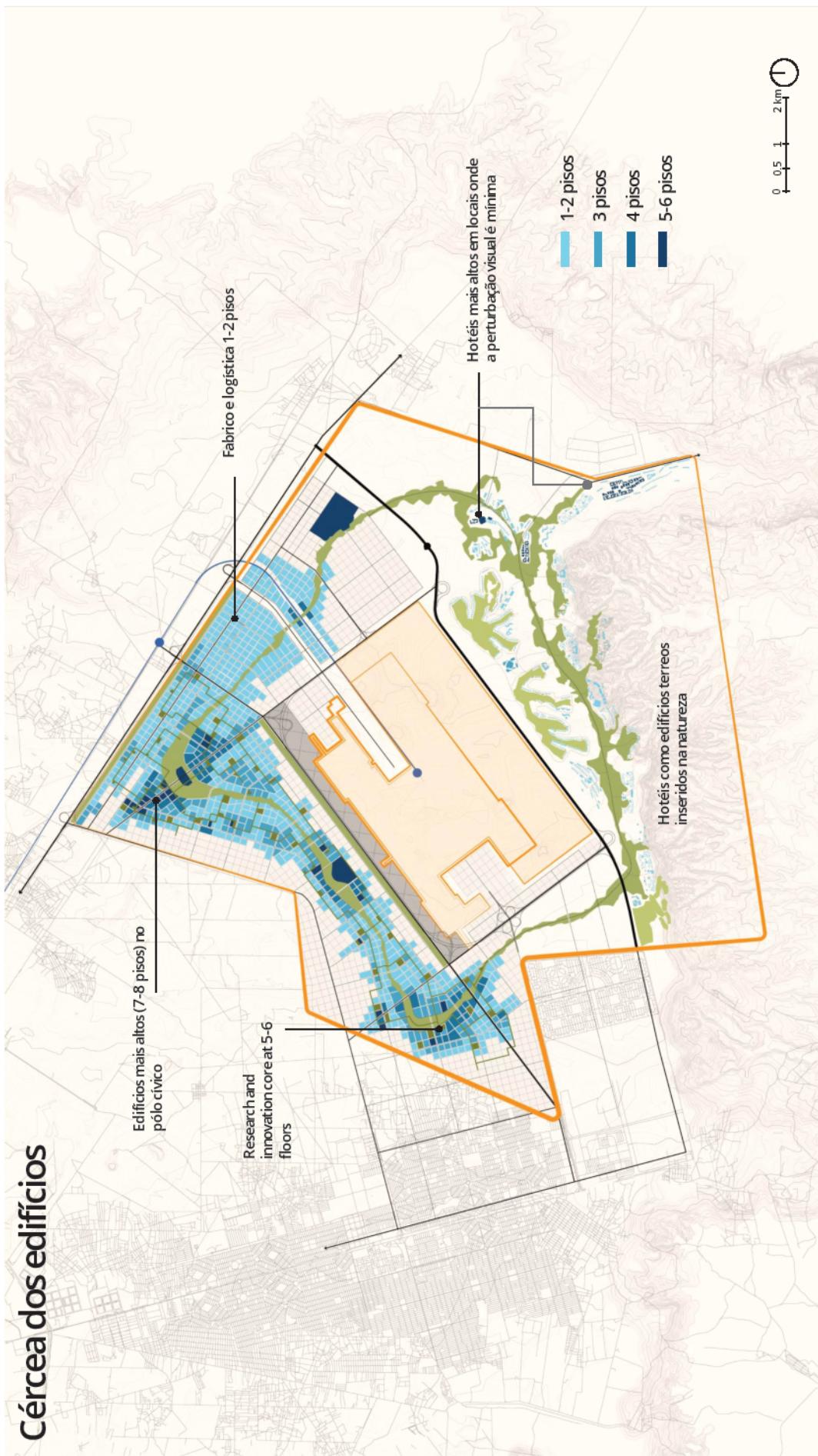


Desenvolvimento do Programa

Programa

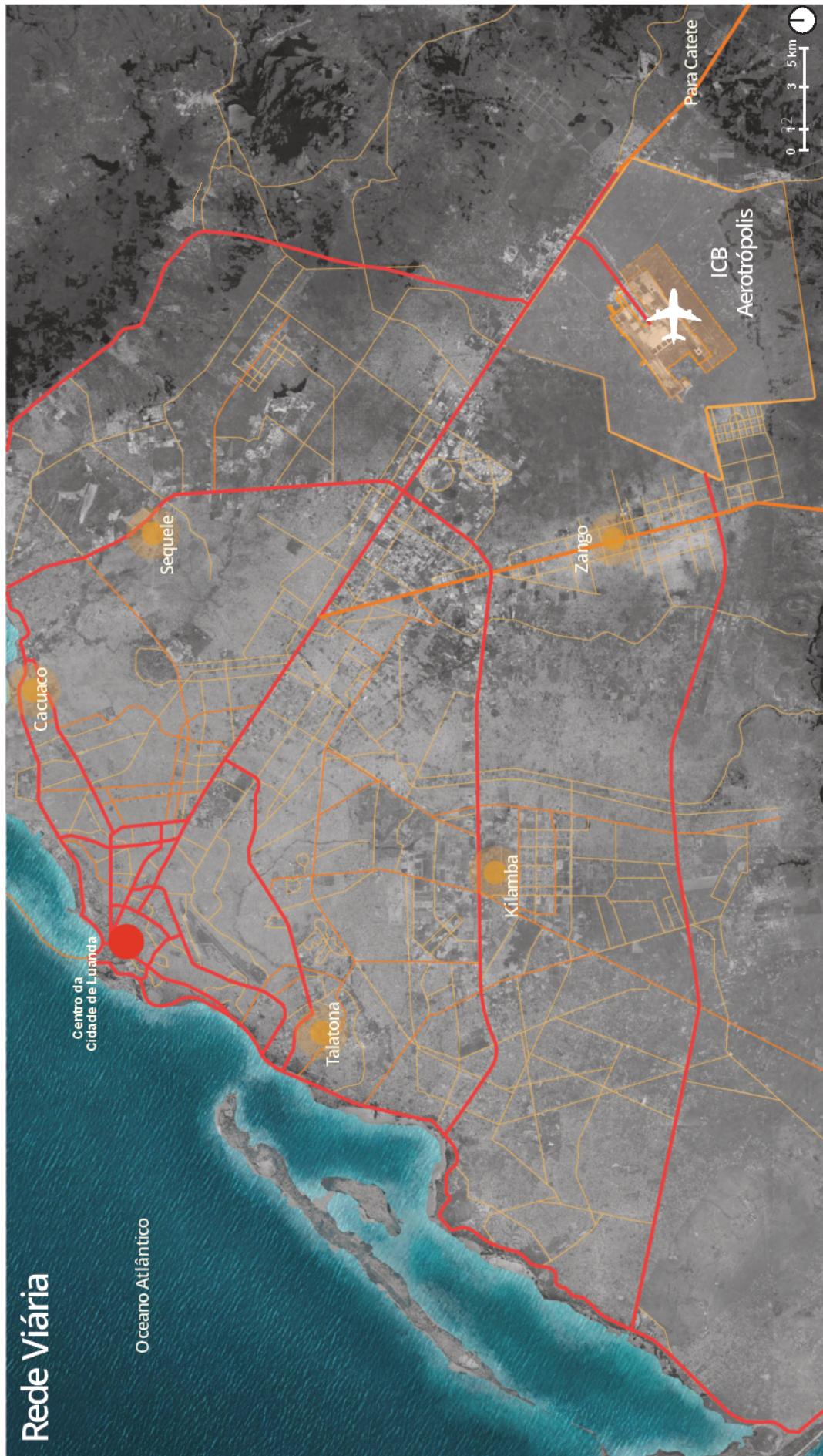


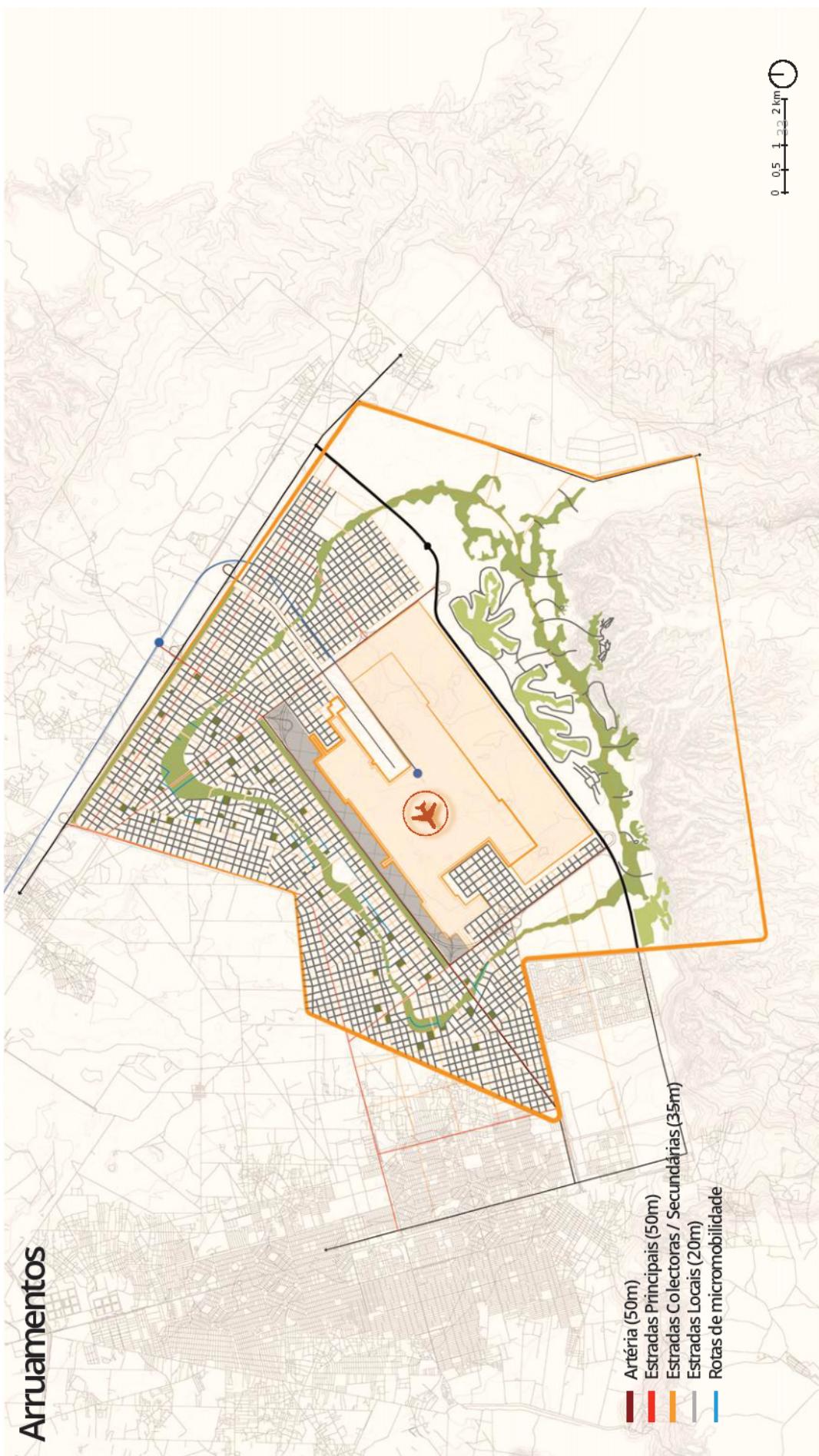


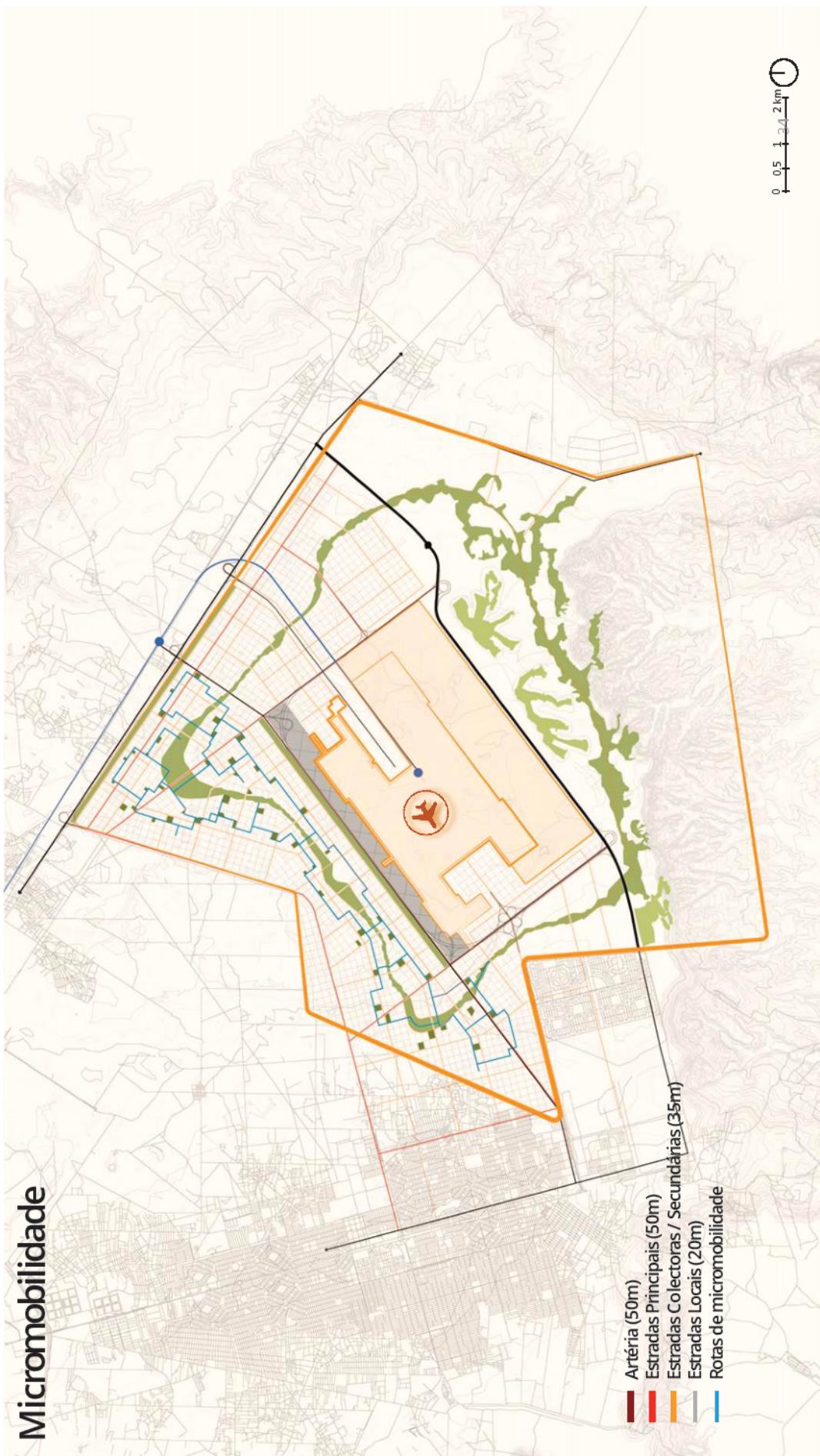


Estratégias de Mobilidade

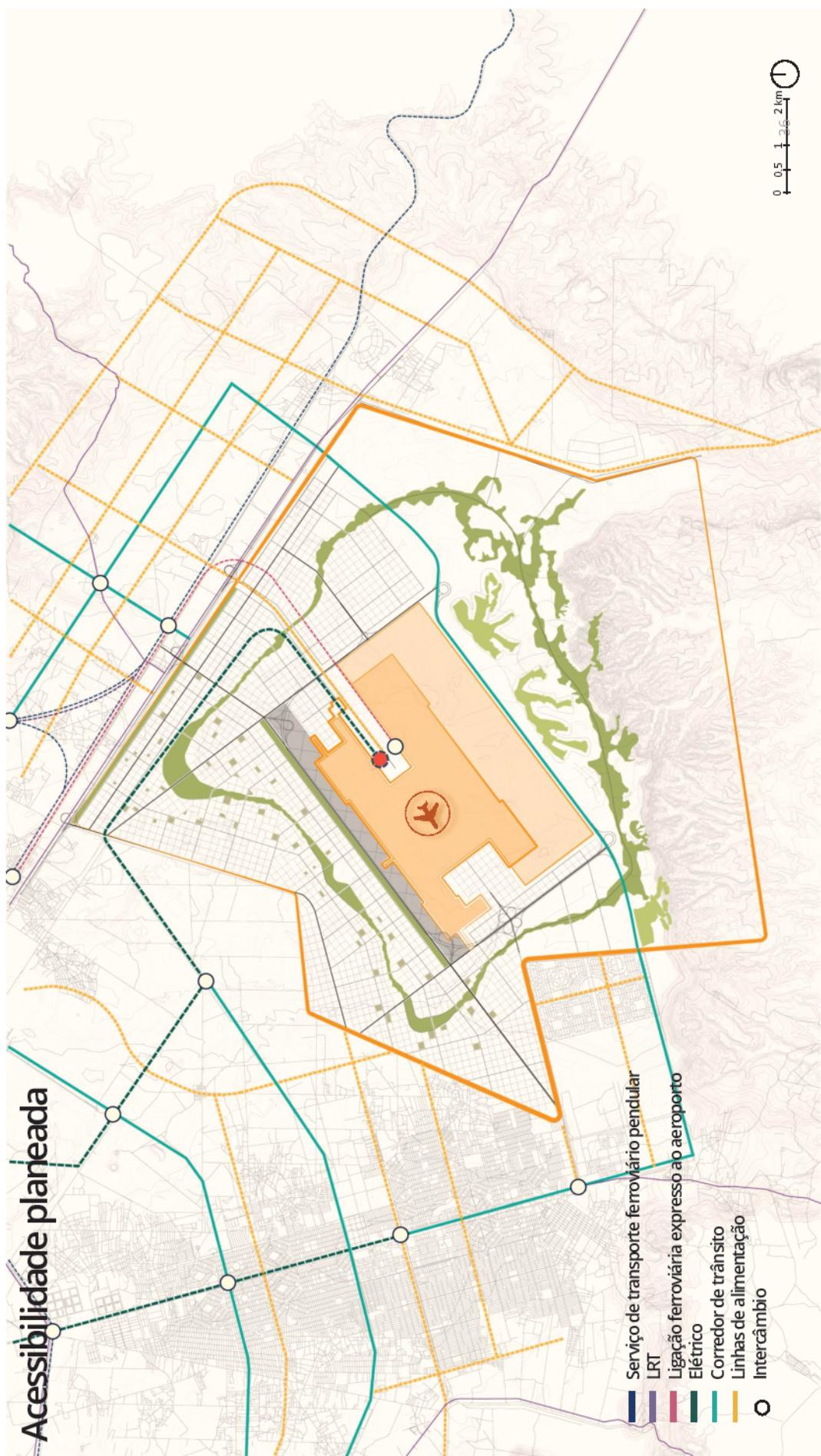
Rede Viária

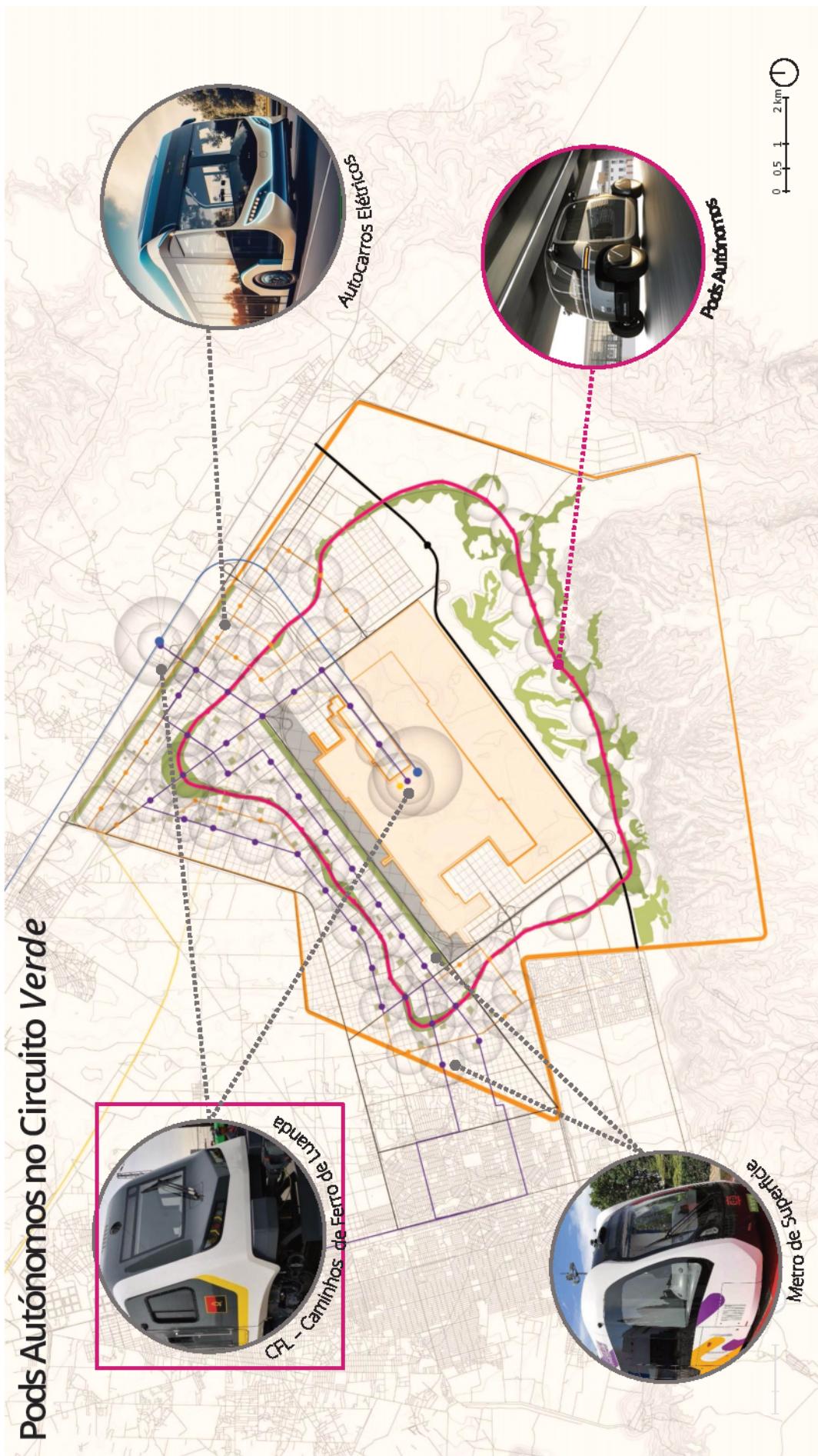






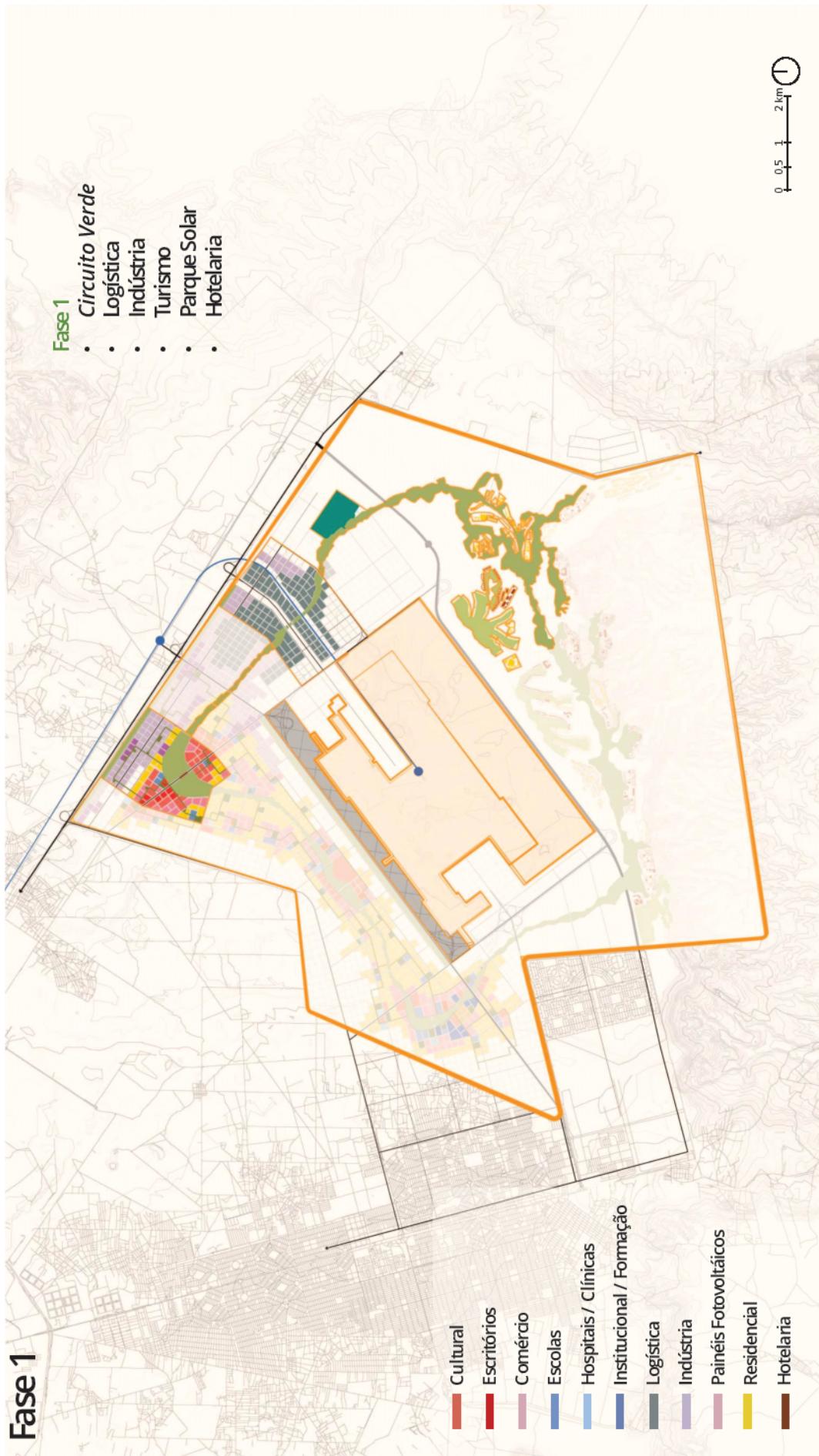






Estratégia de faseamento

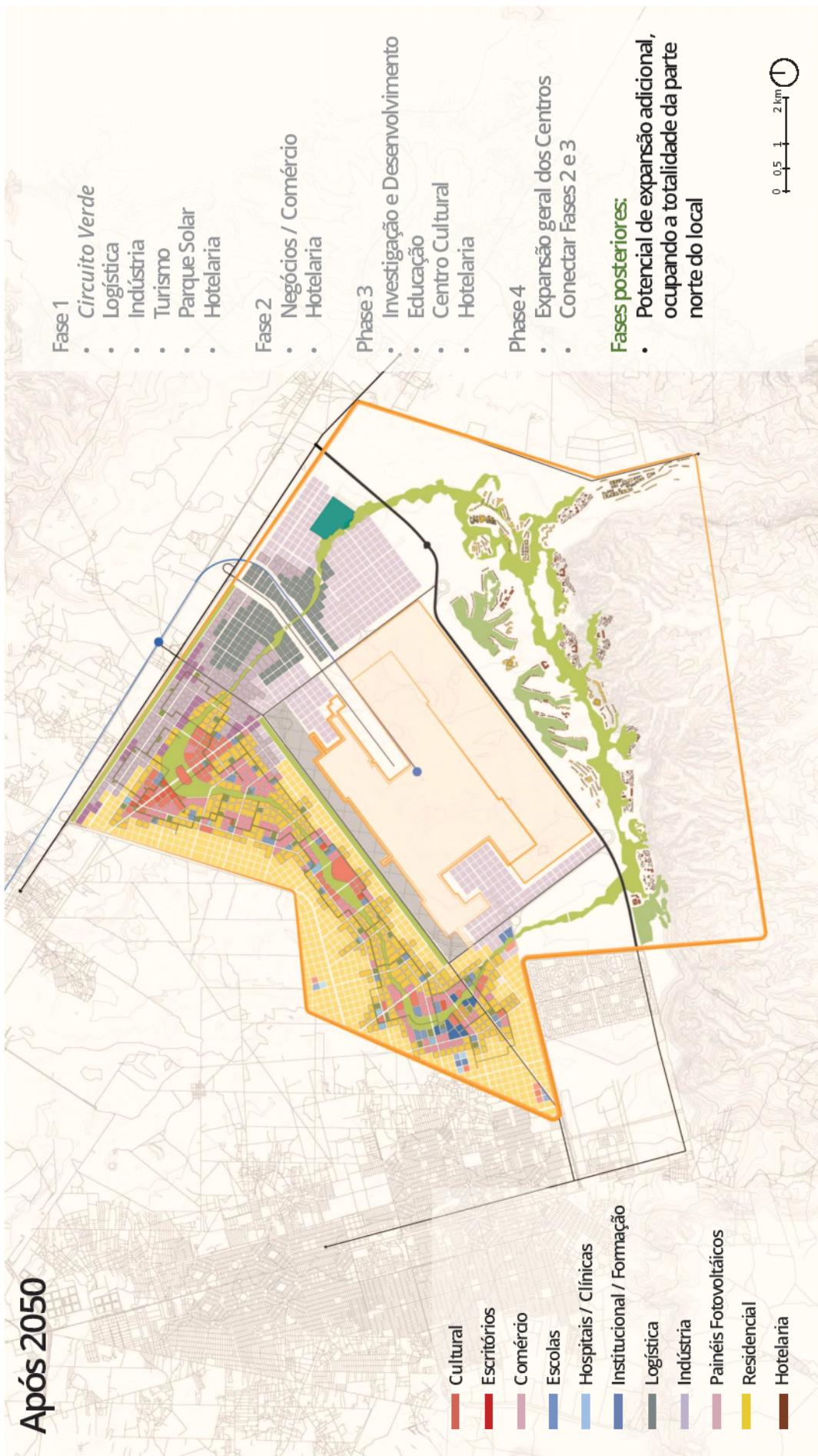
Fase 1













O Presidente da República, João MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

(25-0169-A-PR)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Despacho Presidencial n.º 120/25 de 22 de Abril

Considerando que África enfrenta um défice significativo de financiamento de infra-estruturas e que colmatar esta lacuna é crucial para a promoção do crescimento económico, a criação de emprego e a integração regional;

Tendo em conta que a Agenda 2063 da União Africana apela à realização de investimentos em infra-estruturas prioritárias e de classe mundial nos Sectores dos Transportes, das Obras Públicas, da Energia e Águas e das Telecomunicações;

Havendo a necessidade de mobilização de recursos para a realização de tais investimentos, por forma a induzir o crescimento económico e o desenvolvimento inclusivo e sustentável do continente;

Tendo em consideração os compromissos assumidos pela República de Angola, em consonância com a Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA — NEPAD) de organizar a III Cimeira de Financiamento de Infra-Estruturas Sustentáveis, Resilientes às Alterações Climáticas e Industrializadas em África para um Mundo em Mudança Geopolítica, em Luanda;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 6 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o n.º 3 do artigo 56.º do Regime de Organização e Funcionamento dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República, aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 9/22, de 16 de Setembro, o seguinte:

1. É criada a Comissão Multissetorial encarregue de preparar, coordenar e organizar as tarefas inerentes às responsabilidades da República de Angola na realização da III Cimeira sobre Infra-Estruturas em África, coordenada pelo Ministro de Estado para a Coordenação Económica e integra as entidades seguintes:

- a) Ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação — Coordenador-Adjunto;
- b) Ministro do Interior;
- c) Ministro das Relações Exteriores;
- d) Ministra das Finanças;
- e) Ministro do Planeamento;
- f) Ministro da Administração do Território;
- g) Ministro da Energia e Águas;
- h) Ministro dos Transportes;
- i) Ministra da Saúde;
- j) Ministra do Ambiente;
- k) Ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social;
- l) Governador da Província de Luanda;